



Casos históricos estão em museu de Campo Grande

A carta psicografada pelo médium Chico Xavier, que possibilitou inocentar um bancário pela morte da mulher, em 1980, pode ser vista no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. O museu conta com um acervo de livros, processos e objetos do século XIX e XX.

Além da carta, o memorial guarda um sumário de culpa, processo que relata um conflito, em 1913, em que o comandante de destacamento da Polícia proibiu os espectadores de vaiar os artistas de um circo. Como a ordem não foi respeitada, várias personalidades do estado foram mortas na ocasião.

Também há um processo de desacato e desobediência, de 1911, época em que os donos de animais deveriam matriculá-los na Intendência Geral do município de Campo Grande, de acordo com regras do Código de Postura. Os cães não matriculados eram mortos por envenenamento. O réu, dono de um animal morto, ficou indignado e obrigou o fiscal a carregar o cadáver do cão pelas ruas da cidade.

O memorial guarda o livro de registro da primeira audiência realizada em Campo Grande, em junho de 1911, assinada pelo juiz Arlindo de Andrade Gomes. Há, ainda, urnas do século XIX, usadas no tribunal do júri, uma máquina utilizada para escrever no lombo do cavalo e fazer dinheiro falso e o processo de inventário, de 1876, do Barão de Vila Maria, pecuarista e pai do fundador da Nhecolândia (MS), região do Pantanal.

Livros raros, além de processos históricos, estão disponíveis para consulta do público no Memorial. A instituição também tem notícias publicadas em jornais e revistas, fotografias e gravações em vídeo e áudio dos eventos do Judiciário estadual, além dos discursos dos desembargadores, livros históricos dos cartórios e selos comemorativos.

Criado em dezembro de 2001 com o objetivo de preservar a história da Justiça estadual, o Memorial funciona das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Date Created

11/07/2007